



Ministério da Educação  
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM  
Minas Gerais – Brasil

Revista Vdoozes dos Vales: Publicações Acadêmicas

Reg.: 120.2.095 - 2011 – UFVJM

ISSN: 2238-6424

QUALIS/CAPES – LATINDEX

Nº. 04 – Ano II – 10/2013

<http://www.ufvjm.edu.br/vozes>

## O achamento de Portugal: implicações entre lusofonia e lusotropicalismo na poesia

Prof<sup>ª</sup>. MSc. Patrícia Chanely Silva Ricarte

Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes  
Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade Federal  
de Santa Catarina – UFSC

Florianópolis - Santa Catarina - Brasil

<http://lattes.cnpq.br/7787201109867865>

E-mail: [patricarte@gmail.com](mailto:patricarte@gmail.com)

**Resumo:** A antologia poética *O achamento de Portugal*, editada em 2005, na cidade de Belo Horizonte, com o apoio do consulado português naquela cidade, reúne textos de diversos poetas mineiros contemporâneos, ao lado dos quais foi inserido apenas um poema pertencente a autor lusitano. Essa obra consiste em um interessante documento acerca das relações culturais entre Brasil e Portugal na contemporaneidade, em especial no que diz respeito à construção do imaginário comum que define a ideia de lusofonia. Neste trabalho, são concebidas em análise as possíveis implicações do controverso conceito de lusotropicalismo, atribuído a Gilberto Freyre, em algumas das vozes poéticas e/ou políticas apresentadas nesse projeto lusófono, além de serem ressaltados, não obstante, o caráter crítico e a postura de resistência da poesia em relação a tal projeto, em boa parte dos textos publicados no livro.

**Palavras-chave:** Poesia brasileira contemporânea. Lusofonia. Lusotropicalismo.

*E outra vez conquistemos a Distância —  
Do mar ou outra, mas que seja nossa!*  
(Fernando Pessoa)

*[...] a poesia mais rica  
é um sinal de menos.*  
(Carlos Drummond de Andrade)

## 1. Acerca do ideário lusotropicalista

Deitado em seu berço esplêndido, o Brasil, país do presente e do futuro, parece pouco dar-se conta do que ele, com seu povo, sua cultura e suas riquezas de todos os gêneros, representa para os velhos e novos sonhos de Portugal, nação que reclama para si – com certa razão histórica – a fundação do que hoje se constitui como a civilização brasileira. De acordo com o filósofo português Eduardo Lourenço (2001, p. 140-149), “o discurso português sobre o Brasil é pura e simplesmente retórico e onírico”, na medida em que, no seu “imaginário de pai pobre e carenciado”, Portugal julga ser o Brasil o seu “filho bem-amado e reconhecido”. Por outro lado, segundo o mesmo autor, como o sentimento do brasileiro é de “uma ausência de laços vivos, e vividos no presente, entre os nossos dois povos”, não se ouve e nem se compreende, aqui no Brasil, esse discurso português “de pura alucinação” ou “delírio”.

O sociólogo pernambucano Gilberto Freyre talvez tenha sido, em todos os tempos, o brasileiro que mais soube tirar proveito da imagem que nosso país tem para os estrangeiros de modo geral e, em especial, para os portugueses, sendo que, como já se tem visto e revisto, nem sempre essa imagem favoreceu necessariamente os interesses da nossa sociedade. Foi Freyre, aliás, um dos principais responsáveis pela criação de um Brasil adorável, lugar em que a miscigenação seria o resultado plástico da harmonia entre as diferentes classes e etnias, e em que a hospitalidade ao estrangeiro e a intercomunicação entre as diferentes e distantes áreas, favorecida pelo uso de uma mesma língua – a portuguesa – , seriam os traços de nossa quase natural vocação confraternizadora.

Com a publicação de *Casa-grande & senzala*, em 1933, Freyre coloca o Brasil como modelo do que, a partir da década de 1940, ele vai idealizar como “complexo lusotropical de civilização e cultura”. Em *Casa-grande & senzala* (FREYRE, 1980), o

sociólogo defende a tese de que a formação da família brasileira se deu, sob o regime da economia patriarcal, a partir da equilibração de antagonismos, sendo o maior desses antagonismos aquele que se estabeleceu entre o senhor e o escravo. Segundo Freyre, o sucesso da colonização portuguesa no Brasil deve-se ao modo patriarcal das relações que foram mantidas, durante dois séculos, entre senhores e escravos, bem como à integração entre o português, o africano e o indígena na composição do povo brasileiro. Trata-se, portanto, de um êxito colonizador devido tanto à mobilidade vertical entre classes sociais quanto à interpenetração cultural e à mistura étnica que aqui teriam se consumado de modo exemplar.

Em 1940, com a obra *O mundo que o português criou*, Freyre (*Apud* LEONARD, 1997) formula a ideia de uma “unidade de sentimento e cultura” que teria se constituído entre Portugal, o Brasil e as colônias portuguesas na África e na Ásia. Tal unidade íntima de sentimento e de cultura, nas suas formas mais evidentes e concretas, seria a consequência do processo e das condições da colonização portuguesa, os quais, tanto na Ásia quanto no Brasil e, até certo ponto, na África, teriam desenvolvido nos lares as mesmas qualidades essenciais de cordialidade e de simpatia que seriam próprias do povo português.

Tal apologia da colonização portuguesa fez com que, na década de 1950, as ideias do sociólogo brasileiro fossem apropriadas pelo governo português do Estado Novo, sob o comando de António de Oliveira Salazar, o qual, de acordo com Yves Leonard (1997), notadamente no plano internacional do Pós-Guerra, utilizou o pensamento freyriano, cuja leitura muitas vezes fora reduzida à enganadora exaltação do suposto “gênio colonizador português” (Cf. LEONARD, 1997, p. 211), como legitimação científica e justificação ideológica para a nova política ultramarina definida durante a revisão constitucional de 1951<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Apesar da reserva inicial por parte do governo salazarista em relação à obra de Freyre, por causa, sobretudo, do elogio à mestiçagem e ao sincretismo cultural da sua sociologia em um momento em que a política portuguesa baseava-se ainda no “Acto Colonial” de 1930, o qual determinava uma postura imperial, nacionalista, centralizadora e de quase total exclusão social, política e cultural dos povos colonizados na África (Cf. CASTELO, 1999), o que acontece, especialmente a partir de 1950, é uma verdadeira cooptação dessa obra e de seu autor pelo regime. No Pós-Guerra, com a “Carta da ONU”, que exigia dos países membros das Organizações das Nações Unidas a promoção do autogoverno por parte dos povos que habitavam os seus territórios não autônomos, considerando-se as aspirações políticas desses povos e assistindo-os no progressivo desenvolvimento das suas livres instituições políticas, fez-se necessária e urgente, na política portuguesa, a revogação do “Acto Colonial”. Nesse momento, portanto, o conceito de lusotropicalismo esboçado por Freyre passa a ser utilizado, por parte dos salazaristas, como suporte científico para fundamentar a ideia de que Portugal seria constituído por um amálgama de províncias metropolitanas e ultramarinas. Nesse sentido, as

Segundo Leonard (1997), as supostas virtudes do lusotropicalismo estão ligadas à ideia, defendida por Freyre, de uma sociedade portuguesa essencialmente plurirracial. Nessa tese freyriana, o Brasil assume uma posição central, na medida em que vem a consistir no território português em que a diversidade de costumes, de linguagens, de credos e de etnias teria sido direcionada quase que naturalmente para uma integração e coesão através das forças centrípetas tanto da língua portuguesa quanto da religião cristã, ambas fixadas em todas as partes desta terra de dimensões continentais. Numa espécie de omissão do processo violento de imposição da língua e da religião europeia aos povos colonizados neste solo de Vera Cruz, Freyre as elege, juntamente com o regime patriarcal de economia e de sociedade, como os fatores responsáveis pela formação de um “terceiro tipo de civilização e de cultura”: o lusotropical, segundo ele, tão bem sucedido no Brasil e também encontrado nas formas da sociedade e da cultura dos povos africanos e asiáticos colonizados por Portugal (Cf. FREYRE, 2010).

O principal argumento dessa tese lusotropicalista é a ideia do “bom português”, esse europeu (ou semieuropeu) que, ainda pré-burguês, se lançara ao mar porque precisaria expandir-se fora da Europa, e para o qual um homem visionário – o Infante D. Henrique, fundador da escola de navegação de Sagres – , que teria lutado para equilibrar aventureirismo e ciência, arrojo e segurança, criou a instituição do seguro marítimo; instituição essa, que teria se perpetuado nas mais variadas formas do paternalismo através do qual os colonos portugueses, na América, na Ásia e na África, asseguraram e protegeram cativos e indígenas. Em *O luso e o trópico*, livro publicado por Freyre em 1961, esse “estilo henriquino” do colonizador português seria a própria essência da chamada “civilização lusotropical”.

Quanto ao Brasil, destaco agora, nas palavras do próprio Freyre (2010, p. 239), a consagração deste país como uma espécie de “ideal de vida português”:

---

teses de Freyre, em torno do tradicional não racismo dos portugueses, da sua capacidade de adaptação aos trópicos e, principalmente, da unidade de sentimento e de cultura que caracterizaria o “mundo que o português criou”, servem, melhor do que quaisquer outras, aos interesses ideológicos da política externa portuguesa (CASTELO, 1999). Ressalte-se também, nesse aspecto, a viagem feita por Gilberto Freyre, a convite do Ministério de Ultramar português, durante os anos de 1951 e 1952, às províncias portuguesas continentais e ultramarinas, com o fim de adaptar e transpor, especialmente para a África, as ideias aplicadas ao Brasil no que concerne à chamada cultura luso-brasileira (Cf. LEONARD, 1997, p. 217).

Quando me refiro ao ideal de vida desenvolvido pelo português em contato assim íntimo com o trópico, não posso esquecer-me das páginas recentes em que um intelectual português residente há anos no Brasil – o professor Agostinho da Silva – sugere que, a partir do século XVII, começou a haver no Brasil, para muitos portugueses, um “Portugal ideal” – projetado em tempo e espaço ideais: ideia que coincide com a de um trópico, para os portugueses, messiânico, por mim sugerido – em contraste com o “Portugal real”: segundo ideia minha, fixo no espaço europeu e fixo também no tempo apenas histórico.

Essa mistificação do Brasil, a partir da ideia do erudito português Agostinho da Silva, é levada por Freyre (2010, p.239) para a questão da língua portuguesa, a qual se desenvolveu no Brasil abrindo-se, “como talvez nenhuma outra, das européias, ao ‘saber de experiência feito’ de não europeus ou integrados em espaços e ambientes tropicais”. De acordo com o famoso sociólogo pernambucano,

[a] tendência que prevaleceu, de absorção do tupi pela língua portuguesa, sem que essa tivesse deixado de acolher um número considerável de indianismos, parece ter sido a melhor solução cultural para o Brasil, onde a língua portuguesa se tem enriquecido com numerosas outras infiltrações: a africana, a italiana, a alemã, a síria, a polonesa. [...] Esse domínio cultural do homem, sobre uma natureza diferente da europeia, fez-se através de uma língua em que a natureza estranha passou a ser definida, caracterizada e até interpretada de modo vivo e às vezes exato, graças à considerável assimilação de indianismos pela língua dos adventícios: os portugueses e os seus descendentes nascidos nos vários Brasis. (FREYRE, 2010, p. 238-239)

É importante notar quanto o papel da língua portuguesa na formação cultural brasileira está, na visão lusotropicalista de Freyre, diretamente ligada à ideia da criação de um mundo ideal português nos trópicos; mundo esse, que nem seria mais propriamente europeu nem, muito menos, a terra de “Pindorama”, habitada pelos índios antes da chegada de Pedro Álvares Cabral. Parece haver, nesse aspecto, a noção de língua portuguesa como uma espécie de “veículo” de todas as culturas que compõem o Brasil. Em suma, trata-se da língua enquanto elemento espiritual integrador das diferenças, na medida em que permite a interação e a interpenetração cultural das gentes que aqui se encontraram.

Neste artigo, proponho um paralelo entre o ideário lusotropicalista fundado por Freyre e a ideia de lusofonia que envolve o contexto atual das relações culturais,

políticas e econômicas entre os membros da chamada Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, criada em 1996, e que reúne atualmente oito países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, os quais constituem o chamado mundo lusófono. Detenho-me, mais especificamente, nas relações culturais entre Brasil e Portugal na contemporaneidade, em especial no que concerne ao intercâmbio ou compartilhamento de referências literárias e poéticas entre esses dois países no sentido de se construir um imaginário comum. O objetivo principal de minha análise é depreender em tais relações, consumadas através dos textos poéticos, possíveis implicações entre os conceitos de lusofonia e lusotropicalismo.

## **2. Portugal quer achar-se no Brasil**

Um fato ocorrido na cidade de Belo Horizonte no ano de 2005 tornará mais concreta a reflexão que procurarei desenvolver nestas linhas acerca da relação da poesia contemporânea produzida no Brasil com o projeto lusófono de construção de um imaginário comum. Trata-se da publicação de uma antologia intitulada *O achamento de Portugal*, promovida pela Anome Livros, editora pertencente ao poeta mineiro Wilmar Silva, juntamente com o Consulado de Portugal em Belo Horizonte. A obra reúne textos de trinta e nove poetas mineiros e de um poeta português, todos eles direcionados para o mesmo projeto, qual seja, o de encontrar Portugal “pelo navegar contemporâneo de suas palavras”, como explica, em um dos prefácios, Manuel Frederico Pinheiro da Silva, cônsul de Portugal na capital mineira (Cf. SILVA, 2005, p. 9).

Mas, de quem é o interesse de que Portugal seja encontrado no Brasil ou pelos brasileiros? Quem insiste nesse diálogo entre as duas nacionalidades, buscando nele o compartilhamento de uma identidade cultural? No ensaio “Brasil-Portugal: um sonho falso e um único sonhador”, Eduardo Lourenço (2001, p. 159) afirma que “[a] comunidade cultural luso-brasileira é um mito inventado unicamente pelos portugueses. [...] o Brasil do século XX é, há já quase dois séculos, um país de emigração, um país onde a miscigenação cultural é muito superior à mestiçagem étnica”.

A questão é que, ainda de acordo com Lourenço (2001), no processo histórico de sua emancipação política e cultural, os brasileiros acabaram por negar ou mesmo recalcar, no discurso de sua historiografia, de seus dirigentes e de sua arte modernista, o ato fundador da realidade brasileira, do qual Portugal foi sujeito. “O Brasil”, diz Lourenço (2001, p. 136), “parece assim cometer um parricídio, mesmo inconsciente, vivendo-se, como realmente se vive, nos seus textos, nos seus sonhos, nas suas ambições planetárias, como uma nação sem pai”. De fato, o moderno discurso cultural brasileiro expressa a ideia de que o Brasil ou é filho de si mesmo ou não poderia admitir outro pai que não seja o índio.

Já o discurso português sobre o Brasil, é uma espécie de “florilégio de ditirambos” consagrados a esta nação continental, por entender que os brasileiros “se vivem como continuação, ampliação ou metamorfose” dos portugueses (LOURENÇO, 2001, p. 141). No referido prefácio da antologia *O achamento de Portugal*, redigido pelo cônsul de Portugal em Minas Gerais, salienta-se esse discurso tipicamente português em torno da condição matricial do povo lusitano em relação ao povo brasileiro:

Este Povo, esta Nação, este País constituem o maior dos orgulhos do orgulho de Portugal. De um rectângulo bem ocidentalmente europeu, filhos de um Povo pequeno em número, nado e criado ele próprio num cadinho de origens mil, dedicaram muito do seu sangue, fibra e sonho para que o Brasil e os Brasileiros sejam o que são, para que a brasilidade seja, como é, um dos mais ricos patrimónios sócio-culturais da Humanidade. (SILVA, 2005, p.7)

Na fala do cônsul, confirma-se a ideia, já apontada por Lourenço (2001), de que o Brasil é o maior de todos os mitos portugueses. Mas, se na contemporaneidade se faz necessário encontrar referências portuguesas na cultura brasileira, é porque muito se perdeu dessa relação entre o Brasil e Portugal, em função mesmo do processo de emancipação e de afirmação da identidade nacional por parte dos brasileiros, esses “ex-portugueses” (Cf. LOURENÇO, p. 138). Tal processo, de acordo com Lourenço (2001, p. 158), consistiu em uma espécie de outramento por parte dos portugueses que vieram para cá, na medida em que estes aos poucos foram se afastando da sua pátria de origem:

Não se pense que foram os brasileiros que, de uma forma concertada – embora isso se tenha verificado e continue a verificar-se –, “puseram entre parênteses” as suas raízes portuguesas, como recusa da relação obcecante de uma origem vinda de outro lugar. São os próprios portugueses a fonte da diluição dos laços com Portugal. Tudo se passa como se tivessem ido para o continente brasileiro para por lá se perderem. Por lá se perderam. No Brasil, Portugal está em todo o lado e em lado nenhum.

Nesse sentido, o Brasil vem a ser um “outro sublimado” de Portugal (LOURENÇO, 2001, p. 116), numa relação que se caracteriza por uma eminente ambiguidade, na medida em que é “irredutível” e “indissolúvel” o “nódulo português” (LOURENÇO, p. 2001, p. 141) que está na origem da cultura brasileira. Em outro ensaio, “Uma língua, dois discursos”, Lourenço (2001, p. 147) sublinha:

O Brasil, tal como o modelaram os três séculos de uma colonização *sui generis* (de fato, uma mistura de autocolonização e de colonização autêntica), é indubitavelmente a consequência de uma expansão e de uma construção portuguesas, embora prolongadas e depois substancialmente modificadas pela presença (forçada) do africano e, mais tarde, por uma diversificada emigração europeia, ou asiática, de fecundo dinamismo.

Na visão de Lourenço (2001), o Brasil, em detrimento de todo o discurso de negação dessa origem portuguesa, é inegavelmente uma invenção de Portugal. Para a presente reflexão, interessa-me investigar qual a mentalidade brasileira contemporânea acerca de tais questões em um contexto de mundialização da cultura e, ao mesmo tempo, de lusofonia, enquanto processo de “globalização regionalizada”. Nesse sentido, os poetas mineiros da antologia *O achamento de Portugal* serão, cada um a seu modo, os porta-vozes do viés brasileiro dessa discussão, a partir de sua tentativa de diálogo com esse desejo lusitano ou luso-brasileiro de comunhão cultural.

Partindo, portanto, para o lado brasileiro do problema, encontra-se, no segundo prefácio da antologia em questão, este redigido pelo poeta e editor mineiro Wilmar Silva, uma visão um tanto diversa daquela revelada pelo cônsul português numa celebração do que teria sido o grande feito lusitano de criar o Brasil. O texto do editor trata-se, na verdade, de um longo poema em prosa em que, para além dos dados históricos que confirmam a filiação do Brasil em relação a Portugal, coloca-se

o poético como o “espaço tempo” originário em que, heideggerianamente<sup>2</sup>, se fundam e se fundem a terra, enquanto espaço telúrico, e o mundo histórico disso que se chama o Brasil, esse ser-aí-e-agora, de uma “realidade infinita”, fragmentado por múltiplas vivências temporais. Nessa antologia, o achamento de Portugal vem a ser “um retrato político de antropofagia poética do Brasil” (SILVA, 2005, p. 12-13).

Eis um trecho do prefácio-poema de Silva (2005, p. 12):

o achamento de Portugal é toda uma vontade inexorável de olhar os olhos, alienígenas néon, existências de passagem como lince no eclipse iluminações, sendo minas gerais uma Província da Santa Cruz, sangue, cabeça puxada à cavalo, corpos, sonhos, enfrentes, levantes, poesia que nasce na sede das retinas, pensei: acontecer no meio da aurora das matas de onde vim, um olhar para trás?, a minha experiência como artista da palavra é uma experiência da fatalidade existencial, êxtase a um corpo todo clímax, e foi pensando em completar a natureza dos tempos durando a viagem das íris na memória, é que convidei esses poetas a bordo da frota de um encontro imaginário com Portugal, olhos nos olhos, nus como índios, íris e rubis no arco-íris, é meu o meu umbigo, diamantes as pedras que nascem no meio das palmas, elefantes, pássaros, quadrúpedes, corolas, cerebelos, memórias e imaginários, cardumes, alcatéias, língua, linguagem, poemas, se ásperos cravados de verdade, se límpidos cravados de verdade, inventar o ser brasileiro – a verdade que habita o corpo e a memória de quem escreve, o mundo é todo um plexo de círculos no domínio do poeta, olhos em todos os sentidos e linhas de vivência, campos irisados de abril, setembro, infinita, essa realidade.

A proposta poética da antologia organizada por Wilmar Silva consiste na deglutição, pelo olhar, de um Brasil de sangue e de seiva, que está em toda parte, em tudo e em todos. Nessa tarefa de encontrar Portugal, coloca-se, para os poetas convidados a fazer parte da antologia, a questão da língua:

Latifloros de um mesmo latim somos todos lince em si, Vênus e Rudás, língua portuguesa: ultramarinos de vastos e complexos labirintos e aqui, agora, cavalguei numes de artistas que sempre conheci, íntimos e diferentes, ásperos e molhados, retidos em minha sede apaixonada de ser a nossa espécie, águas, florestas, tocaias, cavalos, rifles, noites, fogo, incêndio, que corpo o corpo caramuru, que índia a mulher Paraguaçu, que lusco-fusco um zumbir zumbis, que humanos cantarias escamas como palavras que rompem o

---

<sup>2</sup> Cf. HEIDEGGER, Martin. *A origem da obra de arte*. Trad. de Maria da Conceição Costa. Lisboa: Edições 70, 1992.

mundo, roças esse látex, matas fechadas de onde vim, viemos revestidos em espíritos vivos, como imaginar o Brasil sem Portugal (SILVA, 2005, p. 12)

A língua portuguesa, da qual se servem esses poetas, é um legado de Portugal. Mas a realidade que eles cantam e contam com essa língua é nova e diferente, porque se trata da história única e específica da formação cultural e social do Brasil:

olhando para dentro do aquário o olhar se furta no tempo, frotas e também esquadras invisíveis como répteis mato fechado adentro, de repente, que ecos em nossa voz, sussurros, machados, araucárias, cernes de pau Brasil, que rios a sinergia de um curral Del Rey, montanhas lanternas, espátula espírito santo a desenhar esse ser de urucum, e que olho em meus olhos, e que seios em meu peito, e que triângulo em minha espada, e que cor em minhas coxas, romper um mar, irromper esse mar de verdes, nascer, ser, e falar vivendo, redivivos, que a raça corrente em nosso sangue é uma praia cascalhos de nativos índios, se chegam portugueses e negreiros, como esconder a minha cor todas as cores que me fazem, eu e você, nós e nossos corpos minados de árvores, somos brancos somos mestiços somos azuis somos noites somos cópula e gente, se olhos é que olham pés é que andam, noite é que dorme espessa de luas, em azul somos todo Brasil Portugal (SILVA, 2005, p. 12-13)

O Brasil é Portugal, mas é também o índio, o negro, mais a mistura dessas e das demais culturas que teriam se amalgamado neste solo. O discurso antropofágico de Silva em seu prefácio, a despeito do projeto político e diplomático da antologia, tende para uma diluição da centralidade portuguesa, a partir da insistência na profusão de imagens e no magma de referências que atribuem ao Brasil uma compleição multifacetada, dinâmica e complexa. Se há algum lugar central para Portugal nessa história, esse posto é devido à língua portuguesa, a qual inventou aqui um povo outro: o brasileiro.

### **3. As leituras da lusofonia**

Volto-me agora para as questões em torno da ideia de lusofonia, a partir do conceito de “língua como pátria”, que Lourenço (2001), a partir da máxima de Fernando Pessoa – “Minha pátria é a língua portuguesa” – , explana na seguinte afirmação:

Uma língua não é de ninguém, mas nós não somos ninguém sem uma língua que fazemos nossa. É nesse sentido, e unicamente nesse sentido – longe das identificações narcisistas dos nacionalismos culturais – , que uma língua é, como pensava Pessoa, a nossa verdadeira pátria. A esse título, habitá-la, defendê-la, da única maneira criadora tolerável, o que a torna cúmplice dos nossos desejos e dos nossos sonhos de imortalidade humana, nem é mesmo um dever, mas a natural respiração de uma cultura que tem nela a sua matéria e a sua forma. Ou melhor, a alma da sua alma.

Nessa perspectiva, o conceito de língua abre-se para uma pluralidade, na medida em que a língua será sempre a mesma e sempre outra, conforme os diversos usos que se faz dela, nos variados contextos culturais. Acerca da relação entre a cultura brasileira e a cultura portuguesa no contexto contemporâneo lusófono, Lourenço (2001, p.132), como português que é, faz o seguinte comentário:

O Brasil, a sua língua, são ainda a nossa pátria? Sim e não, na medida em que o “brasileiro” é esse magma sonoro, colorido, dançante, onde cada criança do Brasil encontra de imediato uma pátria e, porventura, de uma maneira diversa da evocada por Pessoa, a única pátria onde não se sente exilada.

O povo português não é, portanto, proprietário da língua portuguesa, e “todas as gentes que a falaram, que falam e falarão no futuro” são o sujeito dessa língua. Lourenço (2001, p. 132) fala da língua portuguesa como uma “pluralidade de pátrias”, fazendo dessa ideia a principal possibilidade de construção da tão sonhada, especialmente por Portugal, comunidade lusófona. A língua, essa “chama plural”, é o “elo essencial” entre Portugal, como povo e como cultura, e as novas nações que, na América, na África e na Ásia “se falam e mutuamente se compreendem entre as demais” (LOURENÇO, 2001, p. 123).

No ensaio “Cultura e lusofonia ou os três anéis”, Lourenço (2001) cita o sociólogo e ex-presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, o qual teria feito a seguinte ressalva: “O fato de usarmos a mesma língua não significa que tenhamos a mesma cultura”. Sendo assim, como ressalta o pensador português, deve-se considerar “a complexidade dos laços que o mundo lusófono suscitou”; mundo esse, marcado por “temporalidades diversas”, “modelos culturais de funcionamento

diferente, determinados pelo jogo sutil entre as similitudes e as dessemelhanças que caracterizam as relações entre eles” (LOURENÇO, 2001, p. 169).

O grande “nó” desse jogo intercultural dos três anéis da lusofonia (as relações de Portugal com a África e o Brasil) diz respeito ao “lugar da referência cultural portuguesa”, na medida em que “só a cultura portuguesa representa para si mesma, embora diversamente, a sua relação com as outras duas, com uma espécie de transparência angélica”. Tal fato problematiza e pode até mesmo tornar inoperante a ideia de um imaginário lusófono descentralizado e constituído pela pluralidade e pela diferença. Há, portanto, que se considerar a coexistência de diferentes leituras em torno do “inocente tema da lusofonia” e se alertar para o fato de que, por trás dele, há “intenções inconfessadas ou inconfessáveis, outras vezes bem explícitas, mas todas elas expressão de contextos, situações, mitologias culturais, de todo em todo não homólogas e, só no melhor dos casos, análogas” (LOURENÇO, 2001, p. 181).

Veja-se, portanto, quão distinto é o conceito de cultura de Lourenço daquele sociológico e antropológico que faz parte da visão freyriana acerca do lusotropicalismo. Trata-se, em Lourenço, de um conceito de cultura centrado no mitológico, no imaginário e no simbólico, tal como nos adverte Maria Manuel Baptista no artigo “O conceito de lusofonia em Eduardo Lourenço: para além do multiculturalismo ‘pós-humanista’”. Nessa perspectiva lourenciana, é possível relativizar a mentalidade, eminentemente lusitana, em torno da ideia de lusofonia como uma espécie de “totalidade ideal compatível com as diferenças culturais que caracterizam cada uma das suas componentes” (LOURENÇO, 2001, p. 182). Para que a lusofonia seja democraticamente concebida, fazendo jus à ideia de comunidade, deve ser deixada de lado a crença em uma essência genealógica e de uma conseqüente centralidade lusitana no contexto pós-colonial das relações entre os povos de língua portuguesa.

Em uma conferência apresentada na cidade de Belo Horizonte no ano de 1987, Lourenço (2001, p. 111) salienta que:

O imaginário lusófono tornou-se, definitivamente, o da pluralidade e da diferença e é através dessa evidência que nos cabe, ou nos cumpre, descobrir a comunidade e a confraternidade inerentes a um espaço cultural fragmentado, cuja unidade utópica, no sentido de partilha em comum, só pode existir pelo conhecimento cada vez mais sério e profundo, assumido como tal, dessa pluralidade e dessa

diferença. Se queremos dar algum sentido à galáxia lusófona, temos de vivê-la, na medida do possível, como inextricavelmente portuguesa, brasileira, angolana, moçambicana, cabo-verdiana ou são-tomense.

A importância desse conceito lourenciano de lusofonia está justamente no fato de se poder, com ele, evitar o ranço lusotropicalista, na medida em que ele nos adverte acerca do discurso hegemônico no contexto da CPLP, em que teoricamente se propõe o respeito à autonomia política de cada membro. Um dado interessante dessa questão é o fato de que, na medida em que tal hegemonismo é protagonizado por Portugal e pelo Brasil, ou seja, pelo lado luso-brasileiro do chamado mundo lusófono, muitas vezes ele reproduz laivos de lusotropicalismo. Assim, mais uma vez o ideário de Gilberto Freyre passa a ser utilizado a serviço de uma ideologia de dominação, embora esta esteja, contemporaneamente, mascarada pela imagem da comunidade identitária que seria a lusofonia.

Não se pode esquecer que o discurso da lusofonia, sobretudo no viés lusitano, diz respeito a uma “nostalgia imperial”. Segundo Lourenço (2001, p. 111), tal nostalgia consiste em “uma exigência de unidade, ou melhor, de universalidade simbólica, suscetível de nos inventar, em termos novos, aquela Atlântida submersa, ou mesmo perdida”, que os portugueses imaginavam possuir e habitar, chamando-a de “o mundo que o português criou”. Ora, em tempos de lusofonia, essa concepção universalista portuguesa vai servir como justificação ideológica a uma tentativa de restabelecimento da posição hegemônica de Portugal, mesmo que tal posição seja apenas regional no plano internacional.

De acordo com Paula Cristina Pacheco Medeiros (2006), fala-se, em Portugal, de uma “lusofonia difusa” que ainda não se sabe concretamente o que poderá ser, “para além de uma ideia linguisticamente sustentada, heroicamente sedimentada numa herança comum de memórias diversas, politicamente interessante e europeia e socialmente reconfortante e até tonificante” (RIBEIRO; FERREIRA *apud* MEDEIROS, 2006, p. 1). Em alguns discursos produzidos no interior da CPLP, Medeiros (2006) detecta posições em torno da lusofonia marcadas por valores e interesses que revelam uma hierarquização entre os membros da comunidade, em cujo centro político repousariam a nação portuguesa e a brasileira. Ao investigar os discursos dos fundadores da CPLP, Medeiros (2006, p. 18) observa que

neste jogo entre a língua e a história, fica-nos a ideia de que a língua pela dimensão estética, emocional e subjectiva que encerra, consegue, em alguns momentos, impor-se à objetividade dos fatos históricos que, em larga medida, são também subjectivamente seleccionados e recontados.

Isso, porque a formulação da ideia de lusofonia está condicionada ao esquecimento e à memória de um passado colonial, dois movimentos que são necessariamente seletivos.

Outro aspecto destacado por Medeiros (2006) nos discursos e representações da lusofonia na CPLP refere-se à ênfase na diversidade cultural como imperativo do discurso identitário. A esse respeito, a autora sublinha algo bastante relevante para esta reflexão que ora proponho acerca dos atrelamentos entre lusofonia e lusotropicalismo:

O apelo ao reconhecimento das diferenças é uma constante no discurso das elites. Essas diferenças são salientadas a vários níveis, mas torna-se particularmente interessante observar os sentidos da diferença quando têm como referente a língua portuguesa. A diversidade linguística assume, nas palavras das elites, tonalidades mais ou menos ideológicas, ficcionais e afectuosas, deixando de ora em vez escapar um reconhecido som lusotropicalista. (MEDEIROS, 2006, p. 20)

Já Mia Couto, escritor moçambicano, a partir de uma posição eminentemente crítica em relação à lusofonia, procura denunciar, de acordo com Medeiros (2006, p. 24), os mecanismos ideológicos da celebração do passado e da exaltação dos laços históricos entre os membros da CPLP.

Partindo desses dados e das demais discussões em torno da relação entre lusofonia e lusotropicalismo, proponho, a seguir, a leitura de alguns poemas da antologia mineira *O achamento de Portugal*, com vistas a depreender desses textos o modo como cada um de seus autores se presta à tarefa editorial e político-diplomática a serviço de um resgate e fortalecimento dos laços culturais entre o Brasil e Portugal. Minha escolha por analisar textos poéticos no enfoque dessa questão justifica-se pelo fato de que, na poesia, pela via da subjetividade, dramatiza-se de forma mais autêntica a constituição dos sentidos e o embate de vozes culturais e sociais.

#### 4. Portugal, esse desconhecido...

Começo esta análise da antologia pelos textos que fazem menção à distância cultural entre o Brasil e Portugal na contemporaneidade, apontando para a falta de comunicação entre as duas culturas. No poema “Marinha”, com versos extremamente concisos, lacônicos, Alécio Cunha fala desse estado de “silêncios” e “solidão plural / a dois”, deflagrando, nesse antidiscursivismo, o esquecimento do passado comum entre as duas culturas:

[...]  
saudade  
caduca lírica  
  
apenas  
cartão-postal.

Nesse texto, o tratamento dado à questão da distância cultural entre Brasil e Portugal remete-nos às temporalidades distintas desses dois países. Enquanto Portugal está voltado para a história e os mitos de seu passado, o Brasil vive a utopia de “país do futuro”, mirando sempre adiante. Assim, nesse projeto de “achamento de Portugal”, uma das formas de viabilizar o diálogo lusófono entre os dois países se dá a partir da evocação do passado, remoto ou esquecido para muitos brasileiros, porque, como diz Lourenço (2001), trata-se da nossa origem recalçada.

O poeta José Aloise Bahia, por sua vez, fala de Portugal como uma memória remota, mas que, ao mesmo tempo, está presente na história individual do sujeito poético, impregnando-o:

o país que eu não conheço me deu um bisavô,  
navegante simples em seu barco cheio  
de peixes, que sempre volta à terra firme.  
o país que não conheço deu-me um bisavô,  
encantador de histórias do céu, fogo e ar.  
lá no meio da baía vislumbra um castelo.  
lá no meio da baía vislumbra um cardume.  
o país que não conheço deu-me um bisavô,  
bisavô dourado feito sol em ondas extensas,  
bisavô que tarda e não falha a içar as velas,  
bisavô que cedo madruga: que faz despertar  
o mar que em mim se agita, me embarca

em tamanha travessia e liberta imagens  
que chegam num turbilhão de norte a sul...

No texto de Bahia, a memória afetiva e familiar é a via de acesso ao passado histórico e coletivo, confirmando a tese de Lourenço (2001) no sentido de que o Brasil pode dispensar-se de ver ou de contar com Portugal, justamente porque, mesmo que ele não se dê conta disso, há muito já dissolveu e absorveu a cultura lusitana.

## 5. O imaginário comum da língua e da literatura

Em outros textos da antologia, vamos encontrar algumas vertentes daquilo que se poderia chamar o discurso lusófono por excelência. A primeira dessas vertentes consiste na afirmação do imaginário comum lusófono, que se dá a partir da identidade linguística entre o Brasil e Portugal. Assim, a nossa língua, que é a mesma da nação lusitana é, ao mesmo tempo, outra e muitas outras, na medida em que abriga e constitui múltiplas experiências culturais.

No poema “Língua”, Edmilson de Almeida Pereira coloca em relevo essa condição lusófona da língua portuguesa que se constitui como uma “multiplicidade de pátrias” (Cf. LOURENÇO, 2001):

quintal do mundo: se a vontade é arrastá-la, enguia  
fora d’água, também se pode roer nela o que  
tem de minueto e palmeira-da-índia.

por dentro sua desordem & concerto: um deslize  
como herança, tátil e sem endereço

[...]

a língua para os assaltos devolve o anonimato a  
pessoa. podem fremer-na os gatos em olinda e  
luanda, os barcos em litígio do faro.

o ritmo gesta na língua a razão de si mesma, se a  
mão que a esparge falha, não é que deixará de  
nomear a paisagem.

Em sentido semelhante, Wagner Moreira expressa um pensamento bastante afinado com a concepção lourenceana de lusofonia. Em seu poema, os ecos camonianos proclamam a interpenetração cultural entre Brasil e Portugal, a partir, inclusive, de um conhecimento crítico acerca do sonho lusitano em relação ao Brasil:

escritos na cousa amada já ficais  
para sempre o amador transforma-se

lugar lusitana língua mais que forma  
geografia imaginária bem aqui  
dizendo saudade do porvir  
espaço aberto em absoluta borda

matéria posta em toda parte  
fluxo reverso enquanto dobra  
flexão sonora em jangalamarte  
sem assento em meio que soçobra

irrelevante imprescindível mutante  
gigante em sua metamorfose  
sempre a mesma sempre distante  
força bruta a instaurar simbiose

escritos o amador a cousa amada  
já transformam-se em ficais para sempre

Em seu texto, Moreira reconhece o papel fundamental da língua portuguesa enquanto formadora do mundo lusófono e de seu imaginário. Aberta à pluralidade e à diversidade dessa geografia cultural, a língua, como elemento de “simbiose” entre as diferentes culturas, garante a permanência de Portugal no Brasil e vice-versa. Há, portanto, nesse poema, o reconhecimento da contribuição dos portugueses para a nossa cultura; contribuição essa, que se consuma sobretudo através da língua. É interessante notar como essa ideia de lusofonia está em conformidade com o ponto de vista de Lourenço (2001, p. 173), quando este diz:

A bem dizer, o Brasil vive-se, e imagina-se, naturalmente inscrito num espaço de que ele é o centro e a circunferência. Pode dar-se ao luxo de não ter mais exterior do que o seu interior, já tão difícil de assumir. Mas não pode impedir de ser visto, de saber que os outros o vêem e, em particular, que é em termos de potência e representatividade, lusófono e centro empírico de uma comunidade que tem como único elo incontornável a língua que lhe dá um lugar à parte no continente a que pertence. Mas só é grande espaço de lusofonia em função de uma origem e dum ponto simbólico que está

nele, vindo de algures, e sem o qual fica suspenso de um tempo sem raízes na arcaica e original temporalidade ocidental. [...] lusofonia sem um mínimo de mitologia cultural partilhada só pode ser comunidade na ordem prática da comunicação, não na do espírito e do imaginário que são a sua essência.

Há, nessa concepção, uma maneira de ver a comunidade linguística sem cair na ideia de unidade cultural, para a qual é forçoso estabelecer um centro, o que incorreria na mentalidade lusotropicalista, facilmente colocada a favor de um discurso hegemônico do ponto de vista político-cultural. Nesse sentido, é necessário entender que a posição do Brasil no chamado mundo lusófono não é de modo algum desinteressada. Pelo contrário. A despeito do discurso histórico e cultural brasileiro, que o coloca como nação sem pai, o Brasil tem apresentado, do ponto de vista político, econômico e cultural, um papel hegemônico no contexto da lusofonia. Portanto, insistir na ideia de pluralidade é a melhor forma de escapar a esse discurso hegemônico.

Outra forma do discurso tipicamente lusófono que aparece na antologia é por meio das referências universais da poesia portuguesa, dialogando com autores como Luís de Camões, Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro, criadores lusitanos que têm alcance ocidental. Assim, o poeta Wagner Moura, em “Imagemundo”, se faz testemunha da aventura marítima do povo português, em tempos já quase remotos, em uma espécie de interlocução extemporânea com aquele melancólico Velho do Restelo do Canto IV da epopeia camoniana *Os Lusíadas*:

[...]  
Caminho nesta aldeia lusitana.  
Vi aqueles homens bárbaros  
desenhando em suas almas  
alguma forma de esperança.  
Vi os dias e as noites se sucumbirem  
dentro de uma possível vida.  
Vi, através de uma janela-outra,  
o mar trazendo os ecos de uma  
linguagem e os barcos carregados  
de utopia.

No poema em prosa “Achados e perdidos”, Maria Esther Maciel, por sua vez, evoca Ricardo Reis, heterônimo de Fernando Pessoa, em uma atitude autorreferencial ou metalinguística em torno das noções de verso e de ritmo:

Lídia, quando menina, gostava de sentar à beira do Tejo para ver os peixes esquivos. Dia após dia, neles via sempre a mesma vida, o mesmo desassossego, como se, para eles, repetir o movimento fosse uma espécie de estilo. [...] Lídia, que ainda sente por eles um certo fascínio, hoje, longe do Tejo, responderia a isso dizendo que as coisas, por mais repetíveis, contêm, todas elas, um rio – subterrâneo ou de superfície.  
[...]

E Marcela Fellet ironiza, em “Terra firme”, aquele desejo, declarado por Mário de Sá-Carneiro, de ficar para sempre encerrado em seu quarto ou “Caranguejola”, em uma sublimação metafórica do tema da morte, inclusive bem à maneira deste modernista português:

[...]  
Desta dor:  
Saudade  
Para uns dois ou três...  
  
Não importa,  
A caixa está pronta  
  
É guardar e lacrar.  
Não há mais nada a me inquietar:  
  
Nem Crise Lamentável  
Nem Caranguejola  
  
Hoje,  
Descanso em paz.

A terceira vertente do discurso lusófono presente em *O achamento de Portugal* consiste na incorporação, por parte dos poetas convidados, da “alma poética lusitana”, trazendo esse sentimento português para o tratamento de questões do contexto contemporâneo, como podemos perceber no poema “Aeroportos”, de Guiomar Grammont, em que os lusitanos temas da viagem e da saudade estão em associação com a fragmentação do sujeito, tão cara à poesia moderna de Portugal:

Sozinho movo-me pelos aeroportos do mundo.  
Em mim muitas viagens, muitos destinos  
e uma solidão que atravessa o tempo.  
Fiz da dor minha morada e agora...  
Tento partir e não consigo.  
Já não tenho para onde ir. Meu corpo nu exposto às intempéries.  
Uma brisa marinha turva-me a alma.  
Busco repouso e não alcanço.  
Estou pendurado no mastro mais alto  
a perseguir com o olhar a terra distante.  
Em mim não há porto,  
Não há destino.  
O homem que me disse adeus sou eu.  
E nunca mais nos reencontramos.

Também é propriamente lusitano, ou galego-português, o modo de representar o sentimento amoroso através da paisagem, como vemos nessa verdadeira cantiga de amigo contemporânea da poeta Mônica de Aquino:

Estar consigo  
é um sentar à praia  
isenta sucessiva branca  
duna de sal viúva do mar  
frontal  
ferida pelo sol na água  
(sucessiva como vaga)  
e cúmplice da lua.

E é vazante o teu amor e tempestade  
teu vasto corpo de areia  
que engole a seco  
sede grito  
tão líquido quanto gasto.

É um estar em mim  
(um catar conchas)  
ínfima, infinita em ti  
alheia a onda vento barco  
[...]

Algo bastante interessante, a meu ver, é o fato de que a maioria dos textos femininos da antologia apresentam esse estado anímico próprio de um lirismo intimista lusitano, mas também fazendo-nos lembrar que Portugal e Brasil são, respectivamente, a terra de Florbela Espanca e Adélia Prado. Algo propositalmente

direcionado para o objetivo diplomático da antologia ou referência poética e cultural realmente partilhada entre os dois países?

Há também composições em que o compartilhamento de um imaginário literário comum é efetivado por meio da referência à mitologia universal greco-latina. Assim, esse mesmo intimismo feminino vai aparecer no poema de Flávia Craveiro, “Amor primevo”, sob a simbologia da Penélope de Homero: “O olhar se furta no tempo visto; / traçado em linhas de Penélope. / Foi assim a experiência do meu primeiro amor”. A mesma Penélope é a personagem-título do poema em prosa de Adriana Versiani:

Olhando para dentro do aquário sinto calor que sobe e arrefece. Esse sol que os gregos têm quando se debatem no aquário. Banha-me o leite das cabras de Cleópatra. Os que, exaustos, caem no tatame. Calor que sobe e arrefece, sobe e arrefece. O Titã geme de dor, suor escorre pelas mãos frias. Lanço-lhe um olhar. Vejo o mar e suas embarcações.

Quase todas as referências à literatura portuguesa ou ocidental por parte dos poetas da antologia diz respeito a obras de tendência universalista e pertencentes ao passado. Com exceção de Rodrigo Guimarães, que faz menção ao poeta contemporâneo português Al Berto, inclusive colocando-o em diálogo com a literatura clássica grega, quase não há alusão à literatura portuguesa do presente. Penso que é bastante compreensível o fato de que, em um projeto editorial como o de *O achamento de Portugal*, vinculado aos interesses da CPLP, os poetas convidados acabem por insistir ou em elementos de um passado comum entre o Brasil e Portugal ou em referências universais da literatura portuguesa, na medida em que o que se objetiva com a antologia é, principalmente, a criação de um imaginário comum.

No caso em questão, quase nada se vê de interesse em relação à realidade e à cultura portuguesa da atualidade, fato que, a meu ver, parece se coadunar com a escolha, por parte do editor, de autores luso-brasileiros, ou seja, pertencentes ao nosso período colonial, para as epígrafes de cada seção da antologia. São eles: Pero Vaz de Caminha, Gregório de Matos e Cláudio Manuel da Costa. Alguma razão especial para não serem evocados, nessas epígrafes, autores brasileiros modernistas ou modernos, dentre os quais, aliás, destacam-se mineiros como Murilo

Mendes, Guimarães Rosa, Cyro dos Anjos e Carlos Drummond de Andrade? Certamente, algo relacionado a interesses político-ideológicos, muitos deles ainda por serem devidamente desmascarados no discurso das elites culturais lusófonas. E, afinal, como já foi dito, o que se busca na antologia são as referências portuguesas na cultura brasileira.

Entretanto, na medida em que a poesia, como disse Heidegger, é o lugar de origem da verdade por excelência, percebemos, na mesma antologia, como veremos mais adiante, muitas vozes críticas e resistentes ao discurso lusófono, especialmente quando este deixa de ser o desejo de uma comunidade linguística regida pelo respeito à pluralidade cultural, à autonomia, à equidade e à democracia entre os povos que dela participam para se tornar um ato de subsunção, a partir da exaltação de um passado que, ademais, pode fazer mais sentido para a satisfação de interesses mercadológicos que para a construção de uma identidade baseada na memória coletiva de povos que nem sempre gostariam de celebrar tal passado.

## 6. Concessões ao Velho Continente

Num viés muito próximo do lusotropicalismo, enquanto propaganda e apologia da cultura luso-brasileira, alguns poemas que fazem parte do projeto *O achamento de Portugal* parecem sucumbir ao caráter laudatório da antologia. Assim, alguns dos poetas apelam para o narcisismo lusotropicalista, no qual o Brasil vem a ser o espelho complacente de Portugal e vice-versa, como nestes versos de Ronald Polito, em que a poesia, essas “linhas” que fazem a ligação entre as duas culturas, cumpre, quase que de modo submisso, a tarefa de falar sobre o que há de Portugal na “paisagem” de Minas Gerais:

[...]  
um pensamento sobre a paisagem antes  
oscilante mas afinal reconhecida,  
e os caminhos de ida e volta ficam  
franqueados, e não há mais chaves,  
portas, grades que impeçam, bloqueiem,  
apartem os elos e as cadeias,  
e se refundem todas as ligas,  
estão no ar todas as linhas.

É importante sublinhar que nada há de gratuito na atitude de Polito, em sua pretensão de franquear os “caminhos de ida e volta” e de refundar “todas as ligas” entre o Brasil e Portugal.

Outra imagem do narcisismo lusotropicalista está presente no texto de outro importante poeta contemporâneo mineiro, Ricardo Aleixo, cujo sujeito lírico, no poema “Uma alegria”, atribui justamente a Portugal (“coimbra”) o despertar de sua consciência negra, que, aliás, é o condicionante de sua mineirice:

jamais minas gerais  
vibrou dentro de mim

o rumor de seu invisível mar  
e o ouro puro de seu tambor

transatlântico negro  
como naquele breve maio

ensolarado de alegrias  
quando eu deambulava

pelos becos e ladeiras  
de coimbra e deambulava

em meio aos graves portugueses  
os timbres de pequenas

áfricas utópicas  
ali em meio aos portugueses

Cabe aqui questionar por que Aleixo, um afro-brasileiro nascido em Minas Gerais, onde vive até os dias de hoje, e tendo inclusive se engajado em vários projetos ligados à cultura negra no Brasil, faria tal concessão a Portugal, colocando-o como o espelho (“em meio aos graves portugueses”) que lhe teria revelado a existência não somente de Minas e de sua diversidade cultural, mas também da África brasileira, ou seja, dos negros que vivem aqui no Brasil.

Algo significativo é o fato de que tanto Aleixo quanto Polito são os dois poetas brasileiros mais célebres dentre todos os que participam de *O achamento de Portugal*. Nos currículos de ambos, apresentados ao lado de seus respectivos poemas, predomina a enumeração exaustiva das obras e antologias publicadas,

bem como dos projetos culturais e dos vários prêmios literários que lhes foram concedidos (Cf. SILVA, 2005, p. 74; 80). Nesse sentido, cabe a pergunta: haveria algum interesse mercadológico ou alguma busca de autopromoção por parte destes dois poetas para que eles viessem a expressar, na referida antologia, esse discurso tipicamente lusotropicalista?

Outros poetas da antologia, menos famosos, também manifestam a sua condescendência ao projeto celebrativo da obra. É o caso de Luiz Edmundo Alves, cujos versos consistem em uma homenagem entusiástica ao país de Camões e de Fernando Pessoa: “Aqui’stamos. / Eu e minh’alma purrtugueezada na / passagem das horas, vês?”, em que a pergunta final é uma interpelação e apelação ao olhar português, ou seja, ao cliente dessa antologia.

Também Milton César Pontes, em sua tentativa lusotropicalista e pretensamente antropofágica, finaliza seu texto com a exaltação da cultura portuguesa como aquela que teria fundado o povo brasileiro, elegendo os lusitanos como um dos maiores povos imperiais do ocidente: “sou ibérico peninsular caramuru [...] / luso índio brasileiro que faz poemas e se arremessa atado / [...] que sempre fui ulisses latitude e longitude / [...] um náufrago e a maré de calafrios / neste lugar é lucidez a réstia que me fita / no afamado modo figurado de navegar / não de gregos ou romanos / mas de lusitanos”.

A meu ver, o discurso lusotropicalista presente em alguns textos da antologia *O achamento de Portugal* confirma a opinião do antropólogo africanista francês Christian Geffray (1997, p. 364), segundo o qual, “muitas pessoas, no Brasil, sem negar que seu povo é composto de colonizadores-sem-colonizados – que importaram o trabalho escravo do exterior – , se exprimem, ao mesmo tempo, sem notar a mínima contradição, exatamente como se existisse uma espécie de “povo” ou de “entidade brasileira” independente da colonização, que preexiste a ela, antes mesmo de se tornar vítima da mesma” (Tradução minha).

## **7. Narciso não se vê no espelho**

Em detrimento da permanência de ideias lusotropicalistas em alguns textos da antologia, há vários outros que procuram impor a esse projeto lusófono a imagem

de um Brasil já muito distanciado de Portugal e daquela cultura luso-brasileira ou lusotropical pretensamente coesa e homogênea das teses freyreanas. Trata-se, para esses poetas, de revelar o Brasil de um agora atemporal e total, antropofágico, caótico em todas as suas contradições e na sua multiplicidade cultural e étnica. É essa imagem que veremos, por exemplo, no poema de Jovino Machado, “Fado e labirinto”, em que a enumeração labiríntica dilui o elemento português ou europeu, o qual passa a ser mais um dentre os demais que fazem parte da cultura brasileira, na medida em que se destrói qualquer possível hierarquia de uma cultura sobre as demais:

[...]

atravesso cantando uma mulher sem cabeça  
luas esmagadas, patuás, prostitutas pobres  
espectros malignos, pedras rolando, pernas  
poetas pretos, araras arruinadas, arapucas  
mágoas de março, sermões, inúteis ilustres  
vontades insultadas, moribundos malocados  
bambas, bêbados, barítonos, bobos, burgueses

[...]

atravesso sambando estúpidos camundongos  
mosaicos, línguas mortas, romances góticos  
pandoras saborosas, penélopes desastradas  
desenhos safianos, raio laser, espantalhos  
ciclopes cegos desenham os fundos falsos

No texto de sua autoria, Leonardo Deleo Gama ironiza o expediente lusófono voltado para as referências clássicas da literatura luso-brasileira, acrescentando ao conjunto de vozes poéticas, um quadro que é um verdadeiro espelho quebrado de Narciso daquilo que, para o senso comum, constituiria os laços entre o Brasil e Portugal:

Olha que não há metafísica no mundo senão cidades imóveis...  
E na colônia continha as mesmas trevas  
que vieram estas, guiadas pela universal pintura

Chegando na Belíndia  
ao encontro do hospício ainda alheio  
vencendo o salgado senhorio  
para serem devorados pelo mato duma terra bruta

após o término ardente, um novo refúgio

Um dia um rei cabeludo falou  
Todos estão surdos nesse mundo desabante  
E num véu de mitos interpostos  
Que os jesuítas se perderam numa zona tórrida

Vedes a grande terra que continha  
Bigodistas pela anti-hipermídia  
Onde os piratas não são mais franceses  
E a pintura variada equaciona:  
baco, macacos,  
narcotráfico, escravos  
anjos e mercado  
e assim o poeta vislumbra os modelos clássicos

O texto de Gama consiste em um verdadeiro poema de protesto anticolonialista, aliás, o único de todos os poemas da antologia que se refere ao Brasil com o termo “colônia”. Há, neste poema, uma denúncia das contradições da colonização portuguesa, da desigualdade social que se perpetuou desde o período colonial até os dias de hoje nesta terra “bruta”, “tórrida”, neste “mundo desabante”. Essa crítica à colonização é construída através da ironia, que deprecia e torna cômica toda a saga lusitana no Brasil, bem como nega a sua mitologia, a qual é inoperante para um Brasil contemporâneo marcado pela equação de elementos disparatados, como “anjos e mercado”. Nesse sentido, Gama coloca-se numa posição negativa em relação a tudo aquilo que se poderia conceber como um “discurso de amor na escravidão”, que, nos termos de Geffray (1997), trata-se da definição do lusotropicalismo que se pode detectar, ainda hoje, no discurso do brasileiro.

Wilmar Silva, editor da antologia, que também oferece um texto em versos de sua lavra, fala de uma deglutição poética em que se perde “o norte do passeio”. A meu ver, com isso, o poeta certamente está se referindo à dificuldade em adequar seu discurso ao projeto maior da lusofonia, frente ao qual, como artista da palavra, ele acaba por fazer certa resistência, optando, ironicamente, por falar da impotência de sua poesia na execução de um tal projeto:

e que agonia é essa meu deus agonia de perder o norte do passeio  
e perder o rumo de casa e esquecer os pés amarrados nas coxas  
e esquecer os dedos nos cabelos e esquecer a língua da própria  
boca

o olho o ouvido o faro e eu por fora e eu por dentro  
e eu sem olho e eu sem ouvido e eu sem faro  
colado na terra ouvindo o barulho de alguma carroça de roça  
que está longe longe mesmo longíssima  
carroça de roça carreando caroço de milho  
eu e essa boca de animal faminto  
eu e essa boca rude de fome  
eu e essa boca rude de sede  
apenas como o nada e apenas bebo o nada  
e depois de comer o nada e depois de beber o nada  
ser facho  
e eiva e eiva e eiva  
  
a eiva a eiva a eiva  
  
eiva eiva eiva

Nesse texto tautológico de Silva, as repetições representam a deriva do poeta, numa aventura em busca de sentido ou do próprio poema. Trata-se de um texto que fala, sobretudo, da difícil condição do poeta que precisa atingir um objetivo previamente traçado para a obra que vai sair de suas mãos. Duplamente antropofágico, este poeta dramatizado no texto de Silva quer devorar algo que dê substância à sua poesia e também é o homem de carne e osso que possui necessidades físicas e materiais a serem satisfeitas. Mas ele apenas come o nada. Ele apenas bebe o nada.

A meu ver, Silva, como poeta e mesmo como um dos promotores da antologia *O achamento de Portugal*, demonstra que é possível preservar o caráter autêntico e verdadeiro da poesia, fazendo com que ela, ainda quando assediada por interesses políticos, econômicos ou de qualquer outra ordem, mantenha-se imune a tudo aquilo que vai contra a sua própria autonomia<sup>3</sup>.

## 8. O silêncio e a resistência da poesia

É pelo silêncio que alguns outros poetas da antologia fazem sua resistência frente ao discurso da lusofonia. A partir de uma veia moderna, profundamente drummondiana, eles recusam, dentro da própria poesia, o encontro celebrativo com

---

<sup>3</sup> Refiro-me aqui ao conceito de “autonomia da poesia” não simplesmente enquanto linguagem fechada em si mesma, à Jakobson. Mas, sobretudo, como discurso infenso a demandas que contradizem o imperativo humanista e humanizador do poético.

Portugal, na medida em que o que estaria em risco, para eles, seria a sua própria identidade (brasileira? poética?). Isso é o que podemos notar, por exemplo, nos versos de Anízio Viana, em “Dublê de anjo”:

O nu do papel me impele a ser duplo:  
seduz sem música  
e me sugere versos brancos  
e admirar o outro e sair à noite  
sozinho bloco caneta: um flâneur afoito  
no papel (como pele) pelejo a neve  
e a gordura dos dedos compõe o esterco  
que mesclado à tinta e letra  
transmuta palavras em poemas  
que me atropele rabo de estrela!  
porque o meu novelo de fé  
é branco é seco um sol de abril em novembro  
no papel ou na pele o que sou é você  
e soa tão sucessivas vezes  
que corro o perigo de não mais ser

É também a dificuldade do verbo poético que vamos encontrar no texto de César Gilcevi: “[...] em tudo // entre pesadelo / uma dívida de imagens / fantasmas / retém a herança // [...] e palavra // ágrafa / em falso / infernos / as ramagens / contra / céus / fecham / vermes / final // que se enigma”. Neste poema, a linguagem substantiva de versos elementares, antidiscursivos, ou seja, formando aquele “rio sem discurso” de que falava João Cabral de Melo Neto, constitui, a meu ver, uma forma de resistência da moderna cultura brasileira ao discurso da lusofonia, baseado na ideia de um passado comum ou de uma herança cultural lusitana, que, na verdade, é estranha a muitos brasileiros contemporâneos.

Trata-se, portanto, de utilizar a autorreferencialidade, isto é, a mensagem em torno da dificuldade do próprio fazer poético para não somente escapar, mas, de certa forma, combater o discurso unificador que marca algumas posições em torno da lusofonia. Nesse sentido, a metalinguagem não está simplesmente a serviço de uma poética ou da defesa de uma certa concepção de poesia. A meu ver, falar sobre a dificuldade do fazer poético no contexto de um projeto antológico como esse consiste em promover a crise, ou seja, em ser crítico frente aos discursos, intenções, ideologias e interesses que estão por trás de tal projeto.

Nessa perspectiva, a indefinição ou a indecisão, como uma postura mais sincera e, pelo que se supõe, menos ideologicamente comprometida, também podem funcionar como resistência crítica ao discurso da lusofonia. Nessa perspectiva, temos a voz de Renato Negrão em “Dia do Fico”, numa alusão ao episódio em que D. Pedro I, príncipe regente português no Brasil, negou a exigência das Cortes Portuguesas no sentido de que ele voltasse a Lisboa; alusão esta, que pode funcionar como uma autorreferência à condição contemporânea da poesia e do poeta frente ao projeto lusófono:

vou quem fica vou  
levo quem estou  
alcanço quem fui  
fiz quem fui

[...]

quis ficar aqui parado  
para ver se via  
se ficando aqui tocando  
me remeteria  
quanto tempo tenho andado  
sem saber se ia  
se assim em qualquer canto  
me'stagnaria

Assim, é pela exploração da linguagem poética, em seus silêncios e hiatos, que se faz, nestes textos, a resistência ao projeto lusófono, o que constitui um resultado muito interessante para uma antologia brasileira que se presta a' *O achamento de Portugal*. Esse fato demonstra que a concepção de uma comunidade lusófona só é justa quando concebida pelo confronto, e não pelo apagamento, dos diferentes pontos de vista, experiências e identidades, havendo vez e voz também para aqueles que desconfiam das ideologias implicadas em tal concepção e cuja atitude crítica é necessária e salutar para a construção de autênticos laços culturais.

## Considerações finais

O lusotropicalismo, como ideia de uma “unidade de cultura e de sentimento” aplicada aos espaços em que se consumou a colonização portuguesa, trata-se de uma concepção eurocêntrica que eleva e preserva a centralidade lusitana ou luso-brasileira nesse contexto linguístico, geográfico, político, econômico e cultural. Em tempos de lusofonia, ideia pós-colonial e pós-moderna de uma comunidade regida pela identidade linguística e, ao mesmo tempo, pela pluralidade cultural, parece-me de suma importância considerar as implicações entre essas duas ideias no que concerne ao jogo de valores e interesses no âmbito da construção dessa comunidade, haja vista que, por mais semelhanças que possa haver entre ambas, é necessário recorrer sempre à ênfase em sua principal diferença: a homogeneidade cultural lusotropicalista *versus* a pluralidade cultural e pós-moderna do verdadeiro conceito de lusofonia. Para que o projeto lusófono venha a funcionar de forma justa e condizente com os seus autênticos ideais, ele deve se manter distante do controverso – para não dizer suspeito – conceito de lusotropicalismo.

Através das múltiplas subjetividades poéticas reunidas e confrontadas em *O achamento de Portugal*, foi possível penetrar a teia ideológica que envolve, no âmbito da poesia contemporânea brasileira, a questão da lusofonia. O fato de essa obra consistir em um projeto declaradamente lusófono, pautado no fortalecimento das relações literárias e culturais entre o Brasil e Portugal, fez com que ela se tornasse um verdadeiro palco (ou arena) para a apresentação de ideias, imagens, valores e interesses ligados tanto ao programa da CPLP quanto ao lugar e aos interesses da poesia em relação a tal programa. Uma das características dessa relação entre poesia e lusofonia é, muitas vezes, a manutenção do ideário lusotropicalista, como se pôde ver em alguns textos publicados nessa antologia mineira. Contudo, como também se constatou na leitura dessa obra, vem igualmente da poesia a lucidez para enxergarmos criticamente a ideia de lusofonia e a coragem para fazermos resistência aos discursos de indivíduos, instituições ou nações que possam vir a se aproveitar de tal ideia em nome de escusas intenções.

## ***O achamento de Portugal: implications between Lusophone poetry and Lusotropicalismo***

**Abstract:** The poetry anthology *O achamento de Portugal*, edited in 2005, in Belo Horizonte and supported by the Portuguese consulate of the city, brings together texts of many contemporary poets from Minas Gerais and only one from a Lusitanian writer. This book consists in an interesting document about the cultural relations between Brazil and Portugal on contemporaneity, especially when we think about the construction of a usual imaginary that defines the idea of *lusofonia*. In this paper, it is analyzed the possible implications of the controversial concept of *lusotropicalismo*, attributed to Gilberto Freyre, in some poetic and/or political voices presented on this project, beside to reinforce, however, the critical character and poetry's posture of resistance in relation to the project, in much of the texts published on the book.

**Key-words:** Contemporary Brazilian poetry. *Lusofonia*. *Lusotropicalismo*.

### **Referências**

BAPTISTA, Maria Manuel. O conceito de lusofonia em Eduardo Lourenço: para além do multiculturalismo "pós-humanista". Comunicação apresentada ao III Seminário Internacional "Lusografias", promovido pelo Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Évora, Évora, 8 a 11 de novembro de 2000.

CASTELO, Cláudia. Evolução da política colonial do Estado Novo. In: \_\_\_\_\_. *O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento, 1999, p. 45 – 67.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 20. ed. Rio de Janeiro/Brasília, Livraria José Olympio, Editora INL-MEC, 1980.

\_\_\_\_\_. *O luso e o trópico*. Sugestões em torno dos métodos portugueses de integração de povos autóctones e de culturas diferentes da europeia num complexo novo de civilização: o lusotropical. São Paulo: Editora É, 2010

GEFFRAY, Christian. Le lusotropicalisme comme discours de l'amour dans La servitude. In: *Lusotopie*. 1997, p. 361-372.

LEONARD, Yves. Salazarisme et lusotropicalisme, histoire d'une appropriation. In: *Lusotopie*. 1997, p. 211-226.

LOURENÇO, Eduardo. *A nau de Ícaro e Imagem e miragem da lusofonia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MEDEIROS, Paula Cristina Pacheco. Lusofonia: discursos e representações. In: *O cabo dos trabalhos: Revista eletrônica dos Programas de Mestrado e Doutorado do CES / FEUC / FLUC*, n. 1, 2006.

SILVA, Wilmar (Org.). *O achamento de Portugal*. Belo Horizonte: Anome Livros, 2005.

Texto Acadêmico recebido em: 10/09/2013

Processo de Avaliação por Pares: (Blind Review – Análise do Texto Anônimo)

Publicado na Revista Vozes dos Vales - [www.ufvjm.edu.br/vozes](http://www.ufvjm.edu.br/vozes) em: 01/10/2013

Revista Multidisciplinar Vozes dos Vales - UFVJM - Brasil

[www.ufvjm.edu.br/vozes](http://www.ufvjm.edu.br/vozes)

UFVJM: 120.2.095-2011 - QUALIS/CAPES - LATINDEX: 22524 - ISSN: 2238-6424